

Pela 1ª vez em um ano, dívida cai

DA REDAÇÃO

Num movimento que não ocorria desde maio de 2004, a dívida federal interna caiu em abril. O estoque em poder do público registrou queda de R\$ 19 bilhões, com a dívida voltando ao patamar de R\$ 1,002 trilhão. A retração foi de 1,8% na comparação com março. O coordenador-geral da Dívida Pública, Ronnie Tava-

res, atribuiu a diminuição a um comportamento mais conservador do Tesouro Nacional, que emitiu um volume menor de títulos no mês passado por causa do “aumento da volatilidade” no mercado externo.

Segundo Tavares, o nervosismo nos mercados teve início em março e piorou em abril. Para ilustrar, ele lembrou a variação da taxa de juros dos títulos públicos dos Estados Unidos com prazo de venci-

Ronaldo de Oliveira/CB /15.2.06



RONNIE TAVARES: “A VOLATILIDADE AINDA NÃO ACABOU”

mento de 10 anos, que passou de 4,85% no final de março para 5,07% em abril. “Esse aumento elevou a aversão ao risco dos investidores”, salientou. Neste mês, o cenário externo continua parecido com o de abril. “A volatilidade ainda não acabou”, completou.

O coordenador admitiu que as flutuações no mercado afetaram a procura pelos papéis brasileiros, mesmo depois da medida que isentou a compra dos títulos públicos por investidores estrangeiros. Mas, apesar disso, os investidores estrangeiros continuaram

comprando títulos. “A entrada não foi tão grande quanto no início da isenção. Mas, agora, o ritmo é mais natural e tranquilo”, informou.

De toda forma, o novo cenário externo, além de ter impacto no volume de títulos emitidos, influenciou também o prazo das ofertas públicas. O prazo médio da dívida pública mobiliária federal interna subiu de 29,31 meses para 29,64 meses. Mas o prazo médio das emissões realizadas durante o mês de abril foi de 31,9 meses, na comparação com os 55,2 meses em março. Ou seja, a deterioração do ambiente forçou o Tesouro a emitir papéis de prazo mais curto.

A parcela de títulos que vem no curto prazo (12 meses) atingiu 40,3% do total, ficando praticamente igual aos 40,1% de março. Esse é um indicador importante, pois as agências de classificação de risco o avaliam para saber se um país tem ou não condições de pagar sua dívida. O índice brasileiro é considerado muito ruim.

A participação dos títulos prefixados (com juros determinados no momento da venda dos papéis) caiu de 28,75% do total para 27,61%, totalizando R\$ 276,89 bilhões. Esse movimento é contrário ao desejado pelo governo. Quanto maior a participação desses títulos no total da dívida, maior é a previsibilidade nos pagamentos. Tavares afirmou, entretanto, que a queda ocorreu porque abril é um mês “cabeça de trimestre”, onde se concentram vencimentos desse tipo de papel.

Os títulos pós-fixados (corrigidos pela taxa básica da economia, a Selic) respondem por 50% do total, num pequeno crescimento em comparação a março, quando era de 49,55%. O estoque da dívida corrigido pela Selic corresponde a R\$ 501,17 bilhões. O crescimento desse tipo de título também é contrário ao desejo do governo. Papéis pós-fixados deixam a dívida mais vulnerável a eventuais choques na economia que forcem o Banco Central a elevar a Selic. Com ela, aumentaria a dívida.